

**MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA: A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DE
MARINGÁ (1970-2000)**

Yuria Santamaria Pismel*

* Graduanda em História – Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: yuria.spismel@gmail.com

A proposta deste trabalho consiste em analisar a construção da memória acerca da história do “norte do Paraná”, mais especificamente de Maringá, cidade consolidada durante o processo de expansão econômica, política e social em direção ao norte paranaense, num processo recorrentemente denominado “pioneirismo”, principalmente a partir das décadas de 30/40. Inicialmente, propomos a discussão de alguns conceitos-chave que nos auxiliarão a compreender o processo de consolidação da memória coletiva acerca de Maringá. Não é o historiador o único responsável pela elaboração de uma memória coletiva, e nesse sentido, torna-se necessário considerar o trabalho de outros pesquisadores e agentes sociais e políticos nesse processo. Ao utilizar tais documentos históricos para compor a análise, atentamos que, o ofício do historiador consiste em compreender como ocorreram tais processos históricos de fundação e refundação da memória social e coletiva, e não de reproduzi-la. O processo de elaboração da memória histórica, seja feita por historiadores ou não, não se constitui de um registro somente, mas de uma “*representação* afectiva, ou melhor, uma *representificação*” (CATROGA, 2001, p.46). Embora o autor diferencie memória coletiva e memória histórica, evidenciamos que, embora a segunda tenha preocupações metodológicas mais definidas, ambas são munidas de subjetividade e interesses de legitimação. A subjetividade intrínseca à história apresenta-se ao considerar a escrita e reescrita da história como

produtora (e legitimadora) de memórias e tradições, chegando mesmo a conferir credibilidade cientista a novos mitos de (re)fundação e de identificação dos grupos sociais, ou da própria Nação (reinvenção e sacralização das origens, dos momentos de grandeza consubstanciados em “heróis” individuais e colectivos, etc.). (Ibid.: 58)

Em relação ao estudo do norte do Paraná, destacamos a tese de Tomazi (TOMAZI, 1997), em que o autor expõe conceitos-chave criados no decorrer do século XX e que foram reproduzidos pela memória coletiva e historiográfica, nos termos de Catroga, ao longo do processo definido como “colonização” do norte do Paraná. Já de início, Tomazi aponta a construção do “norte do Paraná” enquanto um discurso, diferenciado da região geograficamente conhecida como norte do Paraná. O autor evidencia a dificuldade de compor uma análise historiográfica oposta à tradição de

historiadores consagrados, e que se envolveram na consolidação de conceitos tais como “colonização”/”ocupação” e “pioneirismo”. Os termos “colonização” e “ocupação” podem ser questionados pois desconsideram outros agentes históricos que já viviam na região antes da expansão econômica e política no norte paranaense, tais como indígenas e caboclos. O conceito de “ocupação”, tradicionalmente utilizado, é redefinido por Tomazi com o termo “(re)ocupação”, em busca de considerar e discutir a história e a cultura das sociedades que habitavam a região anteriormente. Nessa mesma linha de análise, o conceito de “pioneirismo” também deve ser relativizado, pois desconsidera os agentes históricos tidos como vencidos, sendo eles indígenas e caboclos, que já habitavam a região, mas também outros indivíduos que se estabeleceram no norte paranaense no mesmo período que os “pioneiros”, mas que foram excluídos desse processo. Destacamos como exemplo o trabalho de Shirlene Vieira de Almeida (ALMEIDA, 1998), a respeito dos trabalhadores que chegaram em Maringá, mas foram excluídos como agentes históricos e pioneiros, sendo considerados por vários anos na consciência histórica coletiva, como um grupo de indivíduos sem memória. Tal interpretação acerca da história do norte do Paraná, aplicada ao caso de Maringá, insere-se em uma visão histórica carregada de traços positivistas e modernizadores, destacando o progresso econômico, político, social e urbano da região relacionado com a atuação estatal e empresarial na região. Ou seja, a criação do discurso “norte do Paraná” está associado ao processo de expansão da economia do café e da conseqüente valorização da região no âmbito nacional e internacional. A respeito da valorização das terras e do crescimento da economia do setor imobiliário, destacamos o interesse dos ingleses na região, já nas primeiras décadas do século XX, que após a concessão estadual de direito de parcelamento e venda das terras de uma extensa área no interior do Paraná, criou a Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná. A Companhia esteve envolvida na fundação de diversas cidades, tidas como polos de expansão de seus interesses econômicos, processo no qual se encaixa a fundação de Maringá. Portanto, ao analisar o processo de formação da memória social e historiográfica acerca da história de Maringá, os aspectos destacados por Tomazi tornam-se elementos-chaves que identificamos nos discursos reproduzidos em livros e manuais de conservação da memória, materiais didáticos e explicativos, e em documentos oficiais de instituições privadas e estatais envolvidas no processo, bem como as produções historiográficas e científicas acerca do

tema. A seguir, propomos a análise desses elementos contidos em livros que auxiliaram na conservação da memória acerca da fundação de Maringá, na tentativa de compreender as permanências e as rupturas contidos na memória da história da cidade. Pretendemos discutir os agentes históricos envolvidos nesse processo de conservação da memória, bem como situar o papel do trabalho historiográfico, principalmente a partir da década de 1970, no questionamento de tais permanências e rupturas.

Um dos primeiros livros de grande repercussão que serviu como manual de preservação de memória é o livro comemorativo do Cinquentenário da Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná, lançado em 1975. Nas primeiras páginas, evidencia-se a proposta da obra, que além de ser uma publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia, é acima de tudo “uma homenagem ao pioneiro, que somente o foi porque era livre para ambicionar e para construir. ”. (Ibid, p. 8) Os “pioneiros” considerados são empresários, empreendedores, políticos e homens bem-sucedidos economicamente... Segundo nos é apresentado no livro, a Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) é fruto do “espírito curioso e empreendedor” de “pioneiros” ingleses, com destaque para Lord Lovat, que desde a década de vinte vislumbrou o potencial do norte do Paraná. O inglês Lovat, bem como os paulistas Gastão Vidigal e Gastão de Mesquita Filho, que auxiliaram na transferência da companhia para os brasileiros, são tidos como heróis do processo de “colonização” e “ocupação” da região, através de um processo de destinação histórica (Ibid, p.10). Tal visão teleológica da história é aplicada ao caso de Maringá nas páginas seguintes, na medida em que a cidade é vista enquanto o expoente dos trabalhos da CMNP. Portanto, a CMNP se apresenta como a responsável pelo desenvolvimento econômico do norte do Paraná. Tal empreitada é vista como uma medida de interesse público, trazendo desenvolvimento e progresso à região. As imagens comparativas da vista aérea de Maringá de 1950 e de 1975, ano do cinquentenário da Companhia, reforçam o papel fundador da mesma, e consequentemente, auxilia na elaboração de um mito das origens da cidade.

Em 1979, destacamos o livro “Maringá: Ontem, hoje e amanhã”, do professor e historiador Arthur Andrade (ANDRADE, 1979), em que predomina essa mesma visão acerca do pioneirismo e do movimento colonizador, reforçando a ideia de Maringá enquanto Cidade Canção. O sucesso da cidade bem-sucedida que é Maringá segundo o autor, deve-se diretamente à expansão do café e à atuação da Companhia de

Melhoramentos Norte do Paraná. Interessante observarmos os aspectos iconográficos da capa, em que o subtítulo “Ontem, hoje e amanhã” vem acompanhado de três imagens: a primeira trata-se do “ontem”, Maringá enquanto mata e floresta; a segunda, o “hoje”, apresenta a cidade urbanamente desenvolvida, com edifícios e ruas arborizadas; e na terceira, em segundo plano, sobre o “amanhã”, observa-se a torre de uma indústria, acompanhada em primeiro plano de uma interrogação preenchida com flores de ipês. Com isso, compreendemos que a concepção de história veiculada relaciona-se com vários elementos destacados por Tomazi, tais como a “mata virgem” antes da chegada dos “pioneiros”, desconsiderando a presença de indígenas e caboclos, legitimando o processo de “colonização” e “ocupação”. O caráter civilizacional da chegada dos “pioneiros” e da atuação da CMNP apresenta o “hoje” como uma cidade moderna e ecologicamente correta em relação ao projeto urbanístico de arborização da cidade, aspectos que no fim da década de 70, quando o livro foi publicado, eram amplamente debatidos. Para o “amanhã”, espera-se o florescimento da indústria, e a consolidação de Maringá enquanto “metrópole de uma vasta região, com ascendência em mais de noventa municípios que dependem direta ou indiretamente do seu progresso” (Ibid, p. 18).

Maringá como a Cidade Canção é reforçada por José Hilário em suas obras “Maria do Ingá” (HILÁRIO, 1995) e “Maringá: jubileu de ouro” (HILÁRIO, 1997), enfatizando a questão dos mitos de origem. Assim como a CMNP, que em seu cinquentenário publicou um livro em que reforçava a sua participação no processo de fundação de Maringá, e com isso auxiliou na criação de um imaginário acerca da fundação cidade através do empreendedorismo econômico e industrial, José Hilário buscou contemplar essa mesma perspectiva, porém enfatizando também o elemento cultural, em torno de Maria do Ingá, mulher que deu origem ao nome da cidade. Em ambas as obras, o pioneirismo é amplamente contemplado. Interessante observar que na capa, o título “Maria do Ingá” (HILÁRIO, 1995) vem acompanhado do subtítulo “Amargo sabor de mel da colonização do Paraná”. Propomos dois questionamentos a respeito: o termo “amargo” pode ser associado ao café enquanto percursor da expansão econômica, industrial e urbanística; levando em consideração tal hipótese, levantamos um segundo ponto, no qual fica explícito já no subtítulo a relação entre o café e a “colonização”, termo que, lembrando Tomazi, deve ser matizado. Ainda na capa, na

parte inferior, há a seguinte inscrição: “Fatos curiosos sobre a História do Paraná, desde a colonização do Litoral e do Sul, até a formação do Norte do Estado. É, acima de tudo, uma apologia aos bravos pioneiros que ajudaram a construir MARINGÁ.”. Em primeiro lugar, a utilização da expressão “fatos curiosos” remete à uma determinada relação com o passado, que no decorrer do livro, demonstra ser bastante descritiva sobre os acontecimentos históricos destacados pelo autor. O recorte temporal proposto no livro abrange da colonização do Paraná à “formação do norte do Estado”. É importante discutir quais fatos foram contados, e quais foram excluídos da narrativa. Destacamos que nessa narrativa o norte do Paraná só adquire real importância com a “formação do norte do Estado”, ou seja, com o crescimento econômico da região. Os fatos históricos em si não são problematizados, e os “pioneiros” adquirem um papel fundador do “norte do Paraná”. A inscrição fala por si só, na medida em que explica que o livro é uma “apologia aos bravos pioneiros”. Elementos tais como pioneirismo, formação da identidade norte-paranaense através de mitos e heróis, uso de termos como “colonização”, “ocupação” e “mata virgem”, discutidos por Tomazi, são aspectos estruturais da análise de Hilário.

Em “Maringá: jubileu de ouro” (HILÁRIO, 1997), o subtítulo “Histórico da política brasileira contemporânea, destacando a região metropolitana de Maringá!”, apresenta uma característica a ser pensada: Maringá é considerada participante do cenário nacional, ao ser inserida na história contemporânea brasileira. Em relação ao seu conteúdo, o livro apresenta uma análise descritiva semelhante à obra anterior. Considerando que as obras foram publicadas com dois anos de diferença e são do mesmo autor, ambos estão de acordo com a memória veiculada pelos livros anteriormente descritos, bem como pelos meios de comunicação e outras mídias.

No mesmo ano, 1997, o pintor alemão Edgar Werner Osterroht (OSTERROHT, 1997) publicou um livro em homenagem ao cinquentenário de Maringá, no qual apresenta diversos desenhos autorais sobre os primeiros anos da cidade. As principais ruas, avenidas e localidades são retratadas em seu processo de construção. As imagens são acompanhadas da narrativa da biografia do autor, que como testemunha do início da cidade, descreve suas lembranças na tentativa de preservar a memória. Com isso, destacamos a quantidade de livros comemorativos que reforçaram uma visão tradicionalista da história. Em sua maioria, tratam-se de publicações não acadêmicas, e,

portanto, não são fruto do trabalho de historiadores em si, mas de jornalistas, políticos, pintores, arquitetos e outros envolvidos com a política e a economia. Devido à quantidade de livros desse caráter, é importante questionar como os mesmos se encaixam e se enquadram na academia, e conseqüentemente, como podem ser utilizadas na pesquisa histórica como objetos de pesquisa para o trabalho do historiador. Considerando o seu papel de destaque na formação da memória coletiva acerca do passado maringense, visão que se estende ao presente, tais obras tornam-se fundamentais para o historiador que se dedica à pesquisa sobre a história e a memória de fundação da cidade. Nesse sentido, atentamos que, por ser um município recente, assim como grande parte das cidades do interior do Paraná, é nas últimas décadas que cresceu a preocupação dos historiadores em fazer de Maringá o seu objeto de estudo. Quando a temática do norte do Paraná, e mais especificamente de Maringá, adentrou na pesquisa acadêmica das universidades, já se apresentava a dificuldade de navegar contra uma corrente “historiográfica” e uma memória já tradicionalmente consolidada. Questionamentos acerca de tais publicações não acadêmicas com o intuito de matizar e relativizar certos elementos consolidados ainda é um tema a ser explorado. Perguntas como “para quem foram escritas as narrativas históricas?”, “com qual objetivo”, “quais elementos foram excluídos”, etc., tem sido mais frequentes ao longo dos anos, esboçando uma gama de possibilidades e narrativas.

Nesse sentido, o trabalho de Shirlene Vieira de Almeida (ALMEIDA, 1998), utilizou-se da problematização de Tomazi sobre as questões historiográficas do Norte do Paraná, direcionando-as a questões mais específicas, e que buscam ampliar as perspectivas de análise e a memória acerca de Maringá. A autora parte da discussão de conceitos como “ocupação”/“(re)ocupação” e “colonização”, a temática dos trabalhadores que se instalaram em Maringá na década de 50. A utilização da história oral como recurso metodológico de pesquisa, propicia à autora a elaboração de uma história dos “vencidos”, em oposição à história dos “vencedores” veiculada nos documentos oficiais e na história tradicionalmente veiculada. Os termos “pioneirismo” e “pioneiro” são questionados, na medida em que os trabalhadores que se estabeleceram em Maringá na década de 50 também são testemunhas e agentes históricos. A autora cria a possibilidade de considerar a existência de “pioneiros” no plural, e, portanto, novas visões sobre o passado, apresentando um breve histórico da conservação da

memória em Maringá ao redor do tema. Surge a necessidade de se perguntar quais pioneiros a determinada análise propõe abordar. Em relação à Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná, Almeida afirma que “[...] a **Cia** soube criar (propagandear) a “colonização”, ofertando o “Eldorado” para uma população migrante, andarilha em busca de melhores condições de vida e de trabalho.” (Ibid, p. 22). Nos capítulos seguintes, a autora analisa a chegada desses trabalhadores e as dificuldades enfrentadas para se estabelecer na região, que, provenientes de péssimas condições de vida, encontraram na região de Maringá mais possibilidades de estabelecimento. A autora destaca que no discurso dos trabalhadores é possível perceber aspectos formadores de uma memória coletiva acerca do Paraná, começando pelo fato de que os mesmos não se consideram parte dos pioneiros. A partir das entrevistas com os trabalhadores que se envolveram com diversas atividades rentáveis durante as décadas de 50 e 60, a autora constata, assim como Tomazi, que embora o café representasse um produto agrícola importante, não se tratava da única fonte da renda e da economia. A partir dos anos 2000, tal perspectiva historiográfica tem sido desenvolvida por diversos pesquisadores provenientes de diversas áreas, merecendo destaque trabalhos da área da arquitetura que buscam analisar o projeto arquitetônico de Maringá e os aspectos históricos envolvidos no planejamento urbano. A discussão da formação do espaço urbano em Maringá e do envolvimento dos agentes imobiliários e do poder público tem sido debatido, como é o caso do trabalho de Ana Lúcia Rodrigues (RODRIGUES, 2004).

Em vias de conclusão, relembramos ainda o trabalho de Veroni Friedrich (FRIEDRICH, 2010), denominado “A política de conservação do patrimônio cultural em Maringá-PR (1987-2008)”, com o intuito de analisar como a política pública contemporânea tem tratado a questão de conservação da memória acerca da história da cidade. A formação da memória sobre o passado é analisada através das políticas patrimoniais em Maringá, desde a sua fundação, com a Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná, destacando o papel do artista Edgar Werner Osterroht na preservação da memória dos primeiros anos da cidade através dos seus desenhos. Mas foi a partir do Projeto Memória, em 1984, que surgiram as bases da conservação patrimonial como uma política pública, consolidada em 1988 com a criação do Serviço do Patrimônio

Histórico e Artístico de Maringá – SPHAM – (Ibid, p. 41). Porém, após a discussão da política patrimonial adotada pelo município desde a sua fundação, o autor conclui:

[...] o acompanhamento da política patrimonial [...] me permite dizer que a despeito da legislação e do desejo de alguns, Maringá não conseguiu crescer em sintonia com a conservação do que seriam seus bens culturais. [...] a política de patrimônio continua casuística, tumultuada e pouco proveitosa. A salvaguarda das memórias da cidade, daquilo que ainda há, se insere numa política ainda pendente, sujeita às pressões dos agentes envolvidos com a produção do espaço urbano (Ibid, p. 189).

A partir dessa análise, é possível perceber como a política patrimonial tem sido praticada e a questão da memória produzida por agentes históricos, sejam historiadores/acadêmicos ou não. Seria possível ampliar o tema para a discussão de história pública, com o intuito de compreender a consciência histórica a respeito da história de Maringá. O artigo de Sara Albieri (ALBIERI, 2011) é elucidativo ao tratar de história pública como o conhecimento franqueado a todos e veiculado através das mídias e de instrumentos de divulgação de uma visão histórica. Podemos encaixar os livros comemorativos analisados nessa definição de história pública, na medida em que tais escritos auxiliam na divulgação de uma visão oficial acerca da história. Conceitos como “pioneirismo” e “colonização”, não sendo questionados, auxiliam na manutenção de uma memória coletiva. Atentamos para a necessidade de promover o diálogo entre a academia e a sociedade, sendo a história pública uma das possibilidades de divulgação do conhecimento acadêmico para todos. Como aponta Albieri (Ibid, p. 20), um dos recursos de maior alcance é o livro didático enquanto educação histórica, auxiliando na elaboração do senso comum de uma cultura.

Partindo do estudo de Maringá acerca da construção da memória, é possível ampliar a discussão e compreender como se deu a formação do norte do Paraná e de Maringá, não só como região e microrregião, mas como discurso. Nesse sentido, é possível estabelecer uma relação entre as questões regionais que envolvem a construção de Maringá, e a sua repercussão, influência e relação com o âmbito nacional, na medida em que a formação intelectual desse discurso legitimador do pioneirismo insere-se em um processo diretamente ligado à política nacional. Maringá é uma cidade relativamente nova e consolidada na segunda metade do século XX, e, tratando de questões nacionais, a expansão para o interior do Paraná esteve associada à política nacional varguista de

“Marcha para o Oeste”, no que tange aos fatores ideológicos e políticos que legitimaram a “ocupação”. Os conflitos e aspectos resultantes do processo de expansão para o interior do Paraná, e mais especificamente de Maringá, sendo eles a questão das terras, a expansão da economia agrícola do café e da industrialização, a noção de modernização, etc., enquadram-se em uma realidade nacional de crescimento da economia brasileira. Podemos dizer que o estudo a respeito de Maringá abre a possibilidade de compreender como a conjuntura nacional se expressa numa região, e suas especificidades, não só nas questões factuais da época, mas ao estudo social da memória coletiva e consciência histórica. Diversas questões historiográficas podem ser levantadas através do estudo dessas relações entre os aspectos regionais e nacionais. Neste trabalho, buscamos atermos na questão da construção da memória acerca da cidade de Maringá, problematizando certas construções históricas que nos últimos anos tem sido debatidas pela historiografia acerca do norte do Paraná. Por último, atentamos para as questões patrimoniais atuais da cidade, e para a necessidade de um trabalho de conscientização histórica que possibilite levantar questionamentos relativizados/ matizados mais substanciais acerca da preservação, do patrimônio e da memória da cidade.

Referência Bibliográfica

ALBIERI, Sara. *História pública e consciência histórica*. In.: ALMEIDA, J.R.; ROVAI, M.G.O. (Org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 19-28.

ALMEIDA, Shirlene Vieira de. *Memória de trabalhadores a procura do Eldorado. 1950-60*. Maringá, 1998. Especialização em História e Sociedade – UEM.

ANDRADE, Arthur. *Maringá: ontem, hoje e amanhã*. Maringá, 1979.

CATROGA, Fernando. *Memória e História*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2001.

COMPANHIA DE MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná. Publicação comemorativa do cinquentenário da CMNP*. São Paulo, 1977.

FRIEDRICH, Veroni. *A política de conservação do patrimônio cultural em Maringá-PR (1987-2008)*. Maringá, 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em História UEM.

HILÁRIO, José. *Maria do Ingá*. Maringá, 1995.

HILÁRIO, José. *Maringá: O Jubileu de Ouro*. Maringá, 1997.

OSTERROHT, Edgar Werner. *Homenagem ao cinquentenário de Maringá década de 1950-60*. Maringá, 1997.

RODRIGUES, Ana Lúcia. *A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais – PUC/SP

TOMAZI, Nelson Dacio. *“Norte do Paraná”: histórias e fantasmagorias*. Curitiba, 1997. Tese (Doutorado) – Programa de pós-graduação em História UFPR.